

Política de Descentralização do Licenciamento Ambiental

O meio ambiente equilibrado é direito de todos, impondo-se ao Poder Público o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, nos termos do artigo 225 da Constituição Federal.

De acordo com o artigo 23 da Constituição Federal de 1988 é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios *"proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas"; "preservar as florestas, a fauna e a flora"*.

E para sua concretização é formalizado um Sistema Nacional do Meio Ambiente, onde todos os entes federados têm um papel a ser exercido - Sisnama – instituído pela Lei Federal 6.938/1981, entendido como um conjunto articulado de órgãos, entidades, regras e práticas da União, Estados, do Distrito Federal e dos municípios responsáveis pela melhoria da qualidade ambiental.

Como um órgão do sistema federativo e nacional, o Estado de São Paulo instituiu o Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais de São Paulo – Seaqua – determinado pela Lei Estadual 9.509/97 - que tem por objetivo organizar, coordenar e integrar as ações de órgãos e entidades da administração direta, indireta e fundacional instituídas pelo poder público, visando a proteção, controle e desenvolvimento do meio ambiente.

Neste contexto, cabe também aos municípios a proposição de normas supletivas e complementares às normas federais e estaduais relacionadas com a administração da qualidade ambiental, uso dos recursos ambientais, desenvolvimento sustentável e controle da produção, comercialização e o emprego de técnicas, método, substâncias que comportem risco para a vida, qualidade de vida e o meio ambiente.

Surge, então, a necessidade de se ter mecanismos e procedimentos com o objetivo de mitigar, minimizar ou evitar que os empreendimentos e as atividades utilizadoras de recursos ambientais, possam causar efetiva ou potencial poluição.

Neste sentido, entende-se por licenciamento ambiental o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

E de acordo com a Lei Federal 6.938/81 estes empreendimentos e atividades dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente -

SISNAMA, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.

A participação do município no licenciamento foi preconizada pela Resolução Conama 237/97 que prevê a transferência aos municípios do licenciamento de empreendimentos e atividades de impacto tipicamente local.

De acordo com a Resolução Conama 237/97 compete ao IBAMA, órgão executor do SISNAMA, o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades com significativo impacto ambiental de âmbito nacional ou regional, a saber:

I - localizadas ou desenvolvidas conjuntamente no Brasil e em país limítrofe; no mar territorial; na plataforma continental; na zona econômica exclusiva; em terras indígenas ou em unidades de conservação do domínio da União;

II - localizadas ou desenvolvidas em dois ou mais Estados;

III - cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais do País ou de um ou mais Estados;

IV - destinados a pesquisar, lavrar, produzir, beneficiar, transportar, armazenar e dispor material radioativo, em qualquer estágio, ou que utilizem energia nuclear em qualquer de suas formas e aplicações, mediante parecer da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN;

V- bases ou empreendimentos militares, quando couber, observada a legislação específica;

E compete ao órgão ambiental estadual ou do Distrito Federal o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades:

I - localizados ou desenvolvidos em mais de um Município ou em unidades de conservação de domínio estadual ou do Distrito Federal;

II - localizados ou desenvolvidos nas florestas e demais formas de vegetação natural de preservação permanente relacionadas no artigo 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e em todas as que assim forem consideradas por normas federais, estaduais ou municipais;

III - cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais de um ou mais Municípios;

IV – delegados pela União aos Estados ou ao Distrito Federal, por instrumento legal ou convênio.

E neste contexto, compete ao órgão ambiental municipal, ouvidos os órgãos competentes da União, dos Estados e do Distrito Federal, quando couber, o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local e daquelas que lhe forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou convênio.

Quando a ampliação/modernização dos empreendimentos e atividades já licenciados pelo órgão municipal de meio ambiente implicarem impactos ambientais que ultrapassem os limites territoriais, a competência do licenciamento ambiental será do órgão ambiental estadual.

O estado, mediante solicitação, poderá avocar o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades que, segundo seu entendimento, implicam impactos ambientais que ultrapassam os limites territoriais do município.

No Estado de São Paulo, desde 1998, com a edição do Decreto 43.505/98, a Secretaria do Meio Ambiente está autorizada a celebrar convênios com os municípios para atuação conjunta no licenciamento e fiscalização de obras e empreendimentos de impacto local, conforme estabelecido na Resolução Conama 237/97, e a estabelecer o elenco de atividades e empreendimentos de impacto local que serão objeto de licenciamento pelo poder municipal.

Encontra-se também em vigor o Decreto Estadual nº 47.397/02, que dispõe sobre fontes de poluição e passíveis de licenciamento ambiental pelos municípios.

Cabe observar que não se trata de delegação de competência aos municípios, pois estes são constitucionalmente competentes para o exercício desta atividade. Trata-se de um acordo visando estabelecer quais as atividades de impacto local a fim de possibilitar o licenciamento pelo município sem que haja questionamento acerca de eventual conflito de competência com as atribuições de responsabilidade do Estado, conforme estabelecido na Resolução Conama 237/97.

Portanto, considerando as colocações acima, submete-se à aprovação do Conselho Estadual do Meio Ambiente – Consema - a proposta de descentralização do licenciamento de atividades de impacto tipicamente local.

Os empreendimentos e atividades de impacto local declarados no Anexo serão passíveis de licenciamento ambiental pelos municípios, no exercício da competência do órgão ambiental municipal, ouvidos os órgãos competentes da União e do Estado, quando couber.

Para o município executar o licenciamento de impacto local deverá celebrar uma parceria com a Cetesb, efetivada por meio de instrumento legal, considerando a capacidade técnica do município em exercer tal atividade.

Para a municipalização, o estado deverá prestar treinamento técnico, por meio da realização de cursos, cuja carga horária e conteúdo serão definidos em comum acordo com a administração municipal conveniente.

Para o exercício da competência do licenciamento ambiental os municípios deverão possuir:

1. Conselho Municipal de Meio Ambiente;
2. Órgão ambiental municipal;

3. Profissionais qualificados, em seus quadros funcionais, e legalmente habilitados em seus respectivos órgãos de classe; e
4. Sistema de monitoramento e fiscalização ambiental, que garanta o cumprimento das exigências e condicionantes das licenças expedidas.

Os municípios que exercerem o licenciamento ambiental deverão dar publicidade dos pedidos de licenciamento à Cetesb, à sociedade e a todos os municípios limítrofes, assegurando-lhes o acesso às informações técnicas, especialmente aquelas que permitam avaliar a extensão territorial dos impactos ambientais das atividades objeto de pedido de licenciamento

ANEXO - LISTA DE ATIVIDADES E EMPREENDIMENTOS DE IMPACTO TIPICAMENTE LOCAL

1. Transporte

- Construção e ampliação de pontes;
- Recuperação de aterros e contenção de encostas;
- Abertura e prolongamento de vias intramunicipais;
- Recuperação de estradas vicinais e obras de arte;
- Heliponto;
- Ramal ferroviário intramunicipal;
- Corredor de transporte urbano;
- Terminal rodoviário (exceto em Áreas de Proteção aos Mananciais - APM; quando se tratar da Região Metropolitana de São Paulo).

2. Obras hidráulicas e saneamento

- Centros de Reservação e Estações Elevatórias;
- Adutoras de Água intramunicipal;
- Estações elevatórias de esgotos, coletores tronco, interceptores, linhas de recalque intramunicipais;
- Bacias de contenção de cheias, com capacidade até 20.000 m³, galerias de águas pluviais;
- Canalizações de Córregos, com extensão inferior a 05 km;
- Barramentos, com área inundada inferior a 20 ha;
- Desassoreamento de córregos e lagos, com volume de sedimento inferior a 500.000 m³;
- Unidade de reciclagem de resíduos sólidos domésticos.

3. Projetos de lazer

- Complexos turísticos e de lazer, hoteleiros, parques temáticos, com capacidade máxima estimada menor que 2.000 pessoas/dia e autódromos.

4. Dutos

- Dutos intramunicipais, com apresentação de estudos de análise de risco.

5. Empreendimentos do setor elétrico

- Linhas de transmissão desde que totalmente inseridas no território do município;
- Subestações de energia elétrica, de pequeno porte e área inferior a 10.000 m²

6. Empreendimentos Industriais

- Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis
- Fabricação de biscoitos e bolachas
- Fabricação de massas alimentícias
- Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico
- Fabricação de tecidos de malha
- Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção
- Fabricação de tênis de qualquer material
- Fabricação de calçados de material sintético
- Fabricação de partes para calçados, de qualquer material
- Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente
- Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais
- Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção
- Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira
- Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis
- Fabricação de artefatos diversos de cortiça, bambu, palha, vime e outros materiais trançados, exceto móveis
- Fabricação de formulários contínuos

- Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório
- Fabricação de produtos de papel para uso doméstico e higiênico-sanitário não especificados anteriormente
- Fabricação de produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado não especificados anteriormente
- Impressão de material para uso publicitário
- Impressão de material para outros usos
- Edição integrada à impressão de livros
- Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente
- Fabricação de embalagens de material plástico
- Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção
- Fabricação de artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico
- Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais
- Fabricação de artefatos de material plástico para uso na construção, exceto tubos e acessórios
- Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente
- Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção
- Aparelhamento de pedras para construção, exceto associado à extração
- Fabricação de esquadrias de metal
- Produção de artefatos estampados de metal
- Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias
- Fabricação de equipamentos de informática
- Fabricação de periféricos para equipamentos de informática
- Fabricação de equipamentos de informática
- Fabricação de máquinas de escrever, calcular e outros equipamentos não-eletrônicos para escritório, peças e acessórios
- Fabricação de periféricos para equipamentos de informática
- Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, peças e acessórios

- Fabricação de móveis com predominância de madeira
 - Fabricação de móveis com predominância de metal
 - Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal
 - Fabricação de colchões
 - Lapidação de gemas
 - Fabricação de artefatos de joalheria e ourivesaria
 - Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral sob encomenda
 - Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral, exceto sob encomenda
 - Fabricação de escovas, pincéis e vassouras
 - Hotéis
 - Apart-hotéis
 - Motéis
 - Lavanderias
 - Tinturarias
 - Atividades de gravação de som e de edição de música
 - Edição de cadastros, listas e outros produtos gráficos
 - Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos
 - Reforma de pneumáticos usados
 - Envasamento e empacotamento sob contrato
 - Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores
7. Coleta de resíduos não-perigosos
8. Gestão e manutenção de cemitérios

Nota 1: Quando estes empreendimentos e atividades se localizarem em áreas rurais, e implicarem intervenção em Áreas de Preservação Permanente e/ou Supressão de Vegetação Nativa, deverá ser

ouvido o órgão ambiental estadual/DEPRN, para manifestação e autorização, conforme regra estabelecida no item 10.

Nota 2: Quando os empreendimentos e atividades se localizarem em áreas de proteção dos mananciais da Região Metropolitana de São Paulo, deverá ser ouvido o órgão ambiental estadual/DUSM, previamente à emissão das licenças.

Nota 3: No licenciamento dos empreendimentos e atividades constates dos itens 1 a 4 deverão ser cumpridos os procedimentos administrativos previstos na legislação pertinente, em especial aqueles contidos na Resolução CONAMA 237/97, com a emissão das Licenças Prévia, de Instalação e Operação.

9. A emissão de autorização para supressão de vegetação nativa e intervenções em Áreas de Preservação Permanente, seguindo as regras descritas nos itens A, B e C.

A. Em áreas urbanas nas situações descritas abaixo caberá exclusivamente à Prefeitura a emissão de autorizações, observada a legislação vigente:

- Supressão de árvores nativas isoladas e de exemplares arbóreos de espécies exóticas;
- Corte de árvores nativas isoladas incluídas nas listas oficiais de espécies ameaçadas de extinção, observado o disposto na Resolução SMA 18/07;

B. Em áreas urbanas nas situações descritas abaixo caberá à Prefeitura, após a anuência prévia do Órgão Ambiental Estadual/DEPRN, a emissão de autorização, observada a legislação vigente:

- Intervenção em Área de Preservação Permanente (APP), nos casos permitidos pela legislação, quando a área se apresentar sem vegetação, árvores isoladas ou com vegetação em estágio pioneiro de regeneração.
- Supressão de fragmento de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica na formação secundária médio de regeneração, excetuado o disposto no artigo 30 da Lei 11.428, de 22 de dezembro de 2006.
- Supressão de fragmento de vegetação nativa do Bioma Cerrado no estágio inicial de regeneração do Cerradão e do Cerrado Stricto Sensu.
- Parágrafo único - A solicitação de anuência prévia do órgão ambiental estadual/DEPRN deverá ser instruída com Parecer Técnico conclusivo da Autoridade Ambiental Municipal.

C. Em áreas rurais (não urbanas, conforme definido no inciso IV do item 1) e nas demais situações não previstas nos itens 2 e 3 as intervenções em Áreas de Preservação Permanente e supressão de vegetação nativa serão objeto de autorização do Estado.

Considerando as seguintes definições:

- Árvores Isoladas: são aquelas situadas fora de fisionomias vegetais, sejam florestais ou savânicas, cujas copas ou partes aéreas não estejam em contato entre si, destacando-se da paisagem como indivíduos isolados;
- Fragmento de vegetação nativa: remanescentes do bioma Mata Atlântica composto por vegetação primária ou secundária, nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração definidos na Resolução CONAMA 01/94 e remanescentes do bioma Cerrado, observando-se a definição dada pela Resolução SMA nº55/95, Anexo 1.
- Vegetação em estágio pioneiro de regeneração: é aquela cuja fisionomia, geralmente campestre, tem inicialmente o predomínio de estratos herbáceos, podendo ocorrer estratos arbustivos, conforme definição da Resolução CONAMA 001/94.
- Área urbana: entende-se por área urbana, para fins deste convênio, aquela que se caracterize simultaneamente pelos seguintes critérios:
 - i. Definição legal pelo poder público;
 - ii. Existência de, no mínimo, quatro dos seguintes equipamentos de infra-estrutura urbana:
 - malha viária com canalização de águas pluviais
 - rede de abastecimento de água
 - rede de esgoto
 - distribuição de energia elétrica e iluminação pública
 - recolhimento de resíduos sólidos urbanos
 - tratamento de resíduos sólidos urbanos
 - iii. Densidade demográfica superior a cinco mil habitantes por km².